

Os grandes projetos econômicos, a ação estratégica de dominação empresarial e as comunidades rurais

RAIFRAN ABIDIMAR DE CASTRO*

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar como são estabelecidas as relações entre as grandes empresas e as comunidades rurais localizadas nas proximidades dos seus aparatos logísticos e industriais. São utilizados os pressupostos teórico-metodológicos de Pierre Bourdieu sobre campos, capitais, poderes, *habitus* e sobre as estratégias utilizadas pelos agentes para se estabelecerem como dominantes. Foram selecionadas as relações entre a mineradora Vale S/A e o Assentamento Francisco Romão, e entre a silvicultora Suzano Papel e Celulose S/A e a Reserva Extrativista Ciriáco, sendo as comunidades localizadas no Maranhão, nordeste do Brasil. Tem-se como principal resultado que as empresas têm se utilizado dos seus capitais financeiro e cultural para estabelecerem-se como dominantes na relação com comunidades rurais, e conseguem modificar sua simbologia negativa para uma aceitação das suas ações.

Palavras-chave: Assentamento rural; Quebradeiras de coco; Dominação empresarial.

Abstract: This article aims to present as are established relations between corporations and rural communities located in the vicinity of their logistical apparatus and industrial. They are used the assumptions theoretical-methodological of Pierre Bourdieu about fields, capital, powers, habitus and on the strategies used by agents to establish themselves as dominant. We selected the relations between Vale S/A and the Settlement Francisco Romão, and between the Suzano Papel e Celulose S/A and the Extractive Reserve Ciriáco, being the communities located in Maranhão, in the northeast of Brazil. It has as main result that companies have used their capital and financial and cultural to establish themselves as dominant in relation to rural communities, and are able to modify their symbology negative for an acceptance of his actions.

Key words: Rural rettlement; Workers with coco; Corporate domination.



* **RAIFRAN ABIDIMAR DE CASTRO** é professor de Geografia do Instituto Federal do Maranhão (IFMA/Campus Açailândia); Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA); Líder do Grupo “Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade – AB’SABER”. Bolsista do PROQUALIS/IFMA.



Introdução

Os investimentos públicos nos ditos “Grandes Projetos Econômicos – GPE”, são uma realidade desde o início da modernização da indústria brasileira, ainda em meados da década de 1950. A busca pela ampliação da rede logística e pela viabilização operacional industrial têm evidenciado uma priorização por estes GPE, contrariando a necessidade de investimentos financeiros em projetos que beneficiem os trabalhadores. Têm destaque na Amazônia oriental brasileira a Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC), utilizada pela mineradora Vale S/A; e a construção e operacionalização da fábrica pertencente à Suzano Papel e Celulose S/A, em Imperatriz (MA).

Como um dos resultados destes investimentos tem-se uma ampliação da ação destas empresas no cotidiano das comunidades rurais próximas às suas atividades. Como exemplo, são destacados neste artigo a relação da

Vale S/A com a comunidade do Assentamento Francisco Romão, em Açailândia (MA); e a relação da Suzano com as quebradeiras de coco da Reserva Extrativista (RESEX) do Ciriáco, localizada em Cidelândia (MA). Relações que têm resultado em importantes modificações na forma como estes comunitários avaliam a ação empresarial.

O objetivo deste artigo é apresentar como são estabelecidas as relações entre as grandes empresas e as comunidades rurais localizadas nas proximidades dos seus aparatos logísticos e industriais. Para isso foram selecionados os dois casos acima citados, considerando a representatividade destes para a identificação das estratégias empresariais de relacionamento com comunidades. Os dois casos envolvem os projetos econômicos que têm recebido maior visibilidade na região desde o ano de 2010, quando são iniciadas as atividades da DEFC, e da

construção fábrica da Suzano em Imperatriz (MA).

Foram realizadas entrevistas estruturadas, entrevistas não-estruturadas (GIL, 1996) e focalizadas (MARCONI; LAKATOS, 2003) junto aos assentados e com as quebradeiras de coco babaçu; bem como com os representantes das duas empresas; além dos agentes parceiros das comunidades. Utilizando ainda do processo de coleta e análise de narrativas, como demonstrado em Marin e Castro (1999).

Foram consultados: relatórios disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pelas prefeituras de Açailândia, Cidelândia e Imperatriz, e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); relatórios disponibilizados pelas empresas; atas das reuniões realizadas pela comunidade. São utilizados os pressupostos teórico-metodológicos de Bourdieu (2005; 2001; 1989) sobre campos, capitais, poderes, *habitus* e sobre as estratégias utilizadas pelos agentes para se estabelecerem como dominantes.

A principal contribuição deste artigo é a demonstração de como as estratégias utilizadas pelas empresas resultam numa posição de dominação. Tem-se assim uma importante contribuição para os estudos que se empenham em analisar alguns dos efeitos da priorização dos investimentos em grandes projetos econômicos empresariais, neste caso, os relacionados com as repercussões em comunidades rurais. Além disso, contribui para que se conheça outra forma de analisar a relação entre empresas e comunidades rurais, que é

através do entendimento dos campos de Pierre Bourdieu¹.

O desenvolvimento regional e o Programa Grande Carajás (PGC)

As relações entre as duas empresas e as duas respectivas comunidades analisadas neste artigo, pautam-se em um contexto de desenvolvimento regional. Mesmo que o referencial temporal aqui tratado considere as ações empresariais a partir de 2010, destaca-se que a problemática analisada neste artigo remonta ao início das iniciativas governamentais para o desenvolvimento da Amazônia oriental, em destaque o PGC.

A Amazônia brasileira é destaque nos debates nacionais quando se conjugam as ações de incentivo ao desenvolvimento econômico. A porção oriental tem recebido maior destaque acadêmico e político, pois representa, como destacam Coelho e Monteiro (2006, p. 22) uma área de "[...] desestruturação e reestruturação socioespacial e físico ambiental impulsionada pela mineração industrial."

Outro tema importante e que também é destaque nas pesquisas, é a ação do Estado, que foi primordial para a realização do PGC, principalmente nos investimentos em grandes empresas, em especial a Vale, privatizada 1997. Como Marx (1996a) enfatiza, nas primeiras etapas da produção de certas empresas, o Estado acaba subsidiando os primeiros investimentos. Para Marx (1996b, p. 118) "[...] o capital, assim

¹ Destaca-se que a escolha desta base teórica se justifica pela abordagem dada pelo autor ao entendimento de que as relações entre determinados agentes são pautadas em lutas, e que são produzidas dentro de um campo que pauta as estratégias a serem utilizadas (BOURDIEU, 2005; 2001; 1989).

que fica sujeito ao controle do Estado apenas em alguns pontos da periferia social, se ressarcir tanto mais desmesuradamente nos outros pontos [...]”.

A relação entre o PGC e as colocações de Marx aqui citadas diz respeito ao fato de que a grande maioria dos investimentos do início deste, foram realizados pelo Estado brasileiro. Dentre elas tem-se a Vale, e mais recentemente a Suzano.

A construção da fábrica da Suzano foi anunciada em 2008, ano em que também se iniciaram os plantios de eucalipto para abastecimento da demanda da empresa. Foram investidos cerca R\$ 2,3 bilhões na obra, e em torno de 600 milhões de reais na base florestal, grande parte deste montante financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, banco estatal brasileiro (BNDES, 2011). No caso da mineradora Vale S/A, há um financiamento de R\$ 6,2 bilhões para investimentos no Complexo Carajás e na Capacitação Logística Norte (CLN) que envolve a Duplicação da Estrada de Ferro Carajás (BNDES, 2014).

Já Bunker (2007, p. 134), citando ainda todo o aparato financeiro e logístico aplicado pelo Estado brasileiro na região do PGC para explorar as riquezas minerais, relacionou-as “[...] a um conjunto de ambiciosos programas para integrar o desenvolvimento industrial e agrícola, investindo pesadamente na construção de estradas, ferrovias, portos, hidrelétricas [...]”. Mas para Azar (2013, p. 323) estes empreendimentos apoiados pelo Estado, “[...] desarticulam a organização social e produtiva das famílias camponesas [...]”, e ainda “[...] estabelecem novas relações de trabalho e alteram a questão agrária.”.

Para Monteiro (2012), diante do acompanhamento institucional dos processos de fluxos tecnológicos, informacionais e de capitais, as grandes empresas da região acabam se fortalecendo, no sentido político institucional e de força econômica. Com isso, “[...] passam a ter dificuldade de interagir com a diversidade regional, e com muitos de seus segmentos (índios, camponeses, empresários locais etc.) [...]” (MONTEIRO, 2012. p. 03). Mas, nos últimos anos, as empresas têm se utilizado do seu capital financeiro, ainda que parte dele seja financiada pelo Estado, para modificar as avaliações que as comunidades rurais fazem das suas atuações, como se observa nos casos analisados a seguir.

A relação entre a Vale S/A e o Assentamento Francisco Romão

Estes dois agentes sempre buscam se estabelecer numa posição de dominação. Para compreender melhor este processo se deve considerar dois momentos: quando a comunidade utiliza seu capital social para pressionar a empresa, e consegue estabelecer uma relação onde seus objetivos são parcialmente alcançados; e um segundo momento, quando a empresa consegue desarticular o capital social do assentamento, se utilizando dos seus capitais financeiro, cultural e jurídico. Neste último caso, resultando também na ampliação do seu capital simbólico positivo, e se estabelecendo na posição de dominante.

É importante citar que, ao ocupar a sede da fazenda onde hoje se encontra a agrovila do assentamento, ainda em 2007, os trabalhadores começaram a perceber que a proximidade com a EFC poderia trazer riscos à comunidade, pois as casas estão a cerca de 100 metros de distância da ferrovia. Mas não havia esclarecimento o bastante para

identificar como eles avaliariam e como reivindicariam que estes impactos fossem reduzidos, ou até extintos. Enquanto isso, representantes da Vale passam a visitar os assentados.

A ampliação das ações da empresa, junto aos assentados, passa a preocupar os representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pois a Vale realiza reuniões para demonstrar às comunidades² os procedimentos da obra, além de destacar os possíveis e ganhos com a realização desta. Todo o processo sendo acompanhado pelos representantes da Vale.

No ano de 2010 é iniciada a obra de duplicação da Estrada de Ferro Carajás (DEFC) nas proximidades da comunidade Novo Oriente. Este que fica distante em torno de 5 quilômetros da agrovila do Francisco Romão. Para realizar a obra sem conflitos com as comunidades, a empresa Odebrecht, contratada para realização da obra, em parceria com a Vale, inicia um processo de articulação dentro das comunidades para potencializar seu poder de adesão à obra.

As duas empresas realizam uma reunião numa igreja evangélica do Novo Oriente, com a participação de representantes das comunidades da região. Nesta reunião o principal agente foi a empresa Odebrecht. O foco da reunião foi a apresentação da possibilidade de que uma parcela dos trabalhadores da região fosse contratada para a obra. O que se concretizou, e resultou em diversos ganhos para a

empresa por um período de seis meses, quando ocorre a demissão dos contratados das comunidades, e ocorre um afastamento das empresas.

Ao se afastar novamente, a Vale possibilitou um grande crescimento da articulação no assentamento, pois não havia mais a participação dela ou da Odebrecht que dividisse a comunidade. As lideranças do AFR e das comunidades circunvizinhas se veem fortalecidas e passam a dialogar para ampliar a pressão social sobre a mineradora. Estas lideranças passam a organizar reuniões que visavam avaliar estratégias e momentos de ação. Surge então a ideia de uma grande manifestação.

Esta manifestação se trata da obstrução da principal estrada vicinal que permite acesso tanto às comunidades quanto ao ponto de apoio da DEFC, que é utilizado pela empresa Odebrecht. Além dela também utilizam esta vicinal as demais terceirizadas da Vale que fazem trabalhos de manutenção da ferrovia. Devido a esta importância a estrada, ela foi escolhida para a manifestação, que ocorreu no dia 19 de janeiro de 2012. Diante disso acordos foram firmados entre os agentes. Acordos voltados principalmente para a execução de investimentos financeiros na estrutura dos assentados.

Detentora de grande capital financeiro, a Vale percebe que o seu uso poderia ampliar sua dominação no campo. Os representantes da empresa passam a usar a possibilidade de benefícios à comunidade como estratégia. Sem apoio dos órgãos oficiais do Estado, a comunidade passa a considerar positiva a nova estratégia de relacionamento da empresa. Com isso, a mineradora percebeu que seu poder simbólico positivo se ampliou com a nova estratégia.

² Quando se fala em comunidades, se refere ao Assentamento Francisco Romão e os demais assentamentos vizinhos como o Novo Oriente, o Planalto I e II, e o João do Vale.

A comunidade permitiu que ela perfurasse um poço artesianos. Os assentados se sentiram beneficiados, e passaram a considerar que o poço foi fruto das suas estratégias de pressão sobre a empresa. Além disso, a empresa passa a realizar reuniões com as comunidades separadamente.

Ao perceber a redução dos conflitos e uma redução do capital social entre as comunidades, a empresa ampliou o uso do seu capital financeiro, apresentando novas possibilidades de investimento. Avaliando como um momento estrategicamente positivo para a comunidade, os assentados do Francisco Romão passam a solicitar recursos para a distribuição de água.

Ao utilizar seu capital financeiro junto à comunidade, a empresa ampliou o seu poder e a sua dominação simbólicos. Chega-se a um certo “equilíbrio estável” (BOURDIEU, 1989) no campo favorável à Vale. A comunidade passou a perceber que seu capital social enfraqueceu diante da nova “crença” (BOURDIEU, 1991; 1989) inculcada (*op. cit.* 1989) pela empresa.

Este processo de relação entre a Vale e o AFR é complexo. Demonstra como os dois agentes buscam se estabelecer como dominantes. Mas, a capacidade da mineradora em antecipar e resolver os conflitos a favoreceram. Fatos que resultaram na exploração do seu poder financeiro e consequentemente simbólico diante da comunidade. Contexto que resultou na dominação empresarial.

Como avaliador dos agentes e suas potenciais estratégias, a Vale, como qualquer grande corporação, sempre realiza trabalhos de identificação dos agentes que podem representar riscos e influência negativa na relação com as comunidades. Considera-se que, ao se

aproximarem dos assentados, certas organizações podem ampliar a capacidade destes de pressionar a empresa. Portanto, além de realizarem constantes levantamentos sobre os cotidianos comunitários, os representantes da Vale estão sempre atentos às parcerias dos assentados com órgãos estatais, com organizações sindicais, ou até mesmo com os demais movimentos sociais.

A divisão da comunidade em três associações (Associação do Francisco Romão, Associação Frutos da Terra e Associação Boa Esperança), ampliou a capacidade de antecipação das articulações dos assentados. Devido às divergências entre estas, e que são conhecidas dos seus representantes, a mineradora as utiliza para estreitar a relação com cada associação, separadamente. O fato de todas buscarem benefícios se relacionando com a Vale, amplia a capacidade da mineradora em obter informações importantes.

A empresa passa a se caracterizar também como utilizadora dos capitais financeiro e cultural como meios para reduzir os embates. Obviamente que os representantes sabem que suas grandes ferramentas para ampliar sua capacidade de ação são estes capitais. Com isso, buscam realizar investimentos que ampliem a visibilidade positiva da empresa. Empenham-se em tornar os resultados positivos dos investimentos em referenciais simbólicos dos ganhos da comunidade ao estabelecerem “parcerias” com a mineradora.

Um total de 46 assentados entrevistados informou que têm conhecimento do que a Vale realiza na comunidade. Sendo que a perfuração do poço é citada em 46 entrevistas; e os trabalhos com as estradas vicinais em 08. Fatos que

repercutem nos discursos que demonstram a avaliação destes sobre a empresa. Com isso, a relação da mineradora com a comunidade é considerada positiva por 78% dos assentados entrevistados.

Como visto, a parte financeira é importante, mas, neste caso, o capital cultural torna-se um alicerce para os reais ganhos da empresa. Isto devido ao fato de que seus representantes empenham-se em conhecer as demandas prioritárias para a maioria dos assentados, independente da problemática que estes possam envolver. Busca-se constantemente ampliar os ganhos dos investimentos, visando a redução de conflitos.

O *habitus* de disseminadora de simbologia positiva da empresa nas comunidades tem destaque, pois a Vale investe na intensa numa divulgação que vincula seus investimentos aos benefícios destas à comunidade. Utilizam-se de cartazes, panfletos e vinhetas radiodifundidas para que esta seja reconhecida como uma empresa preocupada com a segurança dos assentados, e com a qualidade de vida destes. Além disso, as reuniões são utilizadas como meios para que seus representantes, habilmente, ao terem a permissão para os pronunciamentos, utilizem estes momentos para a aplicação de discursos reacionários às constantes reivindicações comunitárias.

Com a intensificação do processo de investimentos, os representantes da Vale conseguem estreitar a relação com os comunitários. Percebe-se que estes têm conseguido reduzir os momentos de tensão. Além disso, se tem também o fato dos investimentos financeiros terem sido utilizados para ampliar estas habilidades dos seus representantes.

Ao observar a ação destes em campo, se pode destacar que há uma evidente competência prática da linguagem destes agentes. Isto devido ao fato de que se observa uma importante habilidade em se adaptar às situações, sejam elas amistosas ou não. Os investimentos da Vale são sempre apresentados por seus representantes como uma importante iniciativa, e uma parceria entre os dois agentes.

Este tipo de estratégia torna seu discurso compatível com a situação, ampliando a capacidade de uso dos investimentos como potencialização da simbologia positiva da Vale. Tem-se ainda que a constante caracterização da relação como uma “parceria”, tem quebrado o discurso herético comunitário, que ainda cita a empresa como opressora das comunidades pobres.

Ao apresentar a empresa como benfeitora, e ao destacar esta condição nas constantes visitas e nas reuniões realizadas no assentamento, seus representantes instauram um discurso reacionário às ideias comunitárias. Processo que tem resultado em grandes ganhos simbólicos para a mineradora Vale.

Mas além disso, há ainda casos em que os investimentos financeiros, aliados às estratégias de contratação de profissionais que têm histórico ligado aos movimentos sociais. Situação que pode ser observado na relação entre a Suzano e a comunidade da RESEX Ciriáco.

A relação entre a Suzano e a RESEX Ciriáco

A partir do levantamento dos possíveis problemas de relacionamento em que a Suzano poderia ser envolvida, iniciou-se um trabalho de levantamento das comunidades. Principalmente as que

estariam sob a Área de Influência Direta (AID), e sob a Área de Influência Indireta (AII), tanto do projeto industrial como do projeto florestal.

Ao realizar as oitavas³ em outras regiões da área de abrangência do projeto no oeste maranhense, e depois de apresentá-las ao Ministério Público Federal, este solicitou que estas reuniões também fossem realizadas nas comunidades situadas na região conhecida como “Estrada do Arroz”, oficialmente denominada de MA 386. Esta é a região onde se situa a RESEX Ciriáco, além de outras comunidades da AII.

Em 2009 a Suzano começou a fazer as visitas, apresentações e reuniões sistemáticas nas comunidades. Destacavam-se os benefícios que poderiam ser obtidos por elas com a instalação da empresa. A aproximação deu-se por meio de um estranhamento, pois se pautavam em projetos de monocultura, que para a maioria das comunidades rurais representava a disseminação de diversos impactos negativos⁴.

O próprio ICMBio colaborou para reduzir este estranhamento, pois contava com a possibilidade de apoio financeiro da empresa para seus

projetos na comunidade⁵. A empresa teve o apoio da equipe deste órgão público, pois este não tem recebido recursos públicos suficientes para implantar projetos de ampliação de renda adequados às exigências legais da área.

Neste mesmo ano (2009) foi organizada uma reunião pelo ICMBio, atual responsável do Estado pela área da RESEX Ciriáco, com a colaboração de representantes da Suzano. O objetivo foi apresentar uma proposta de abertura de diálogo com a empresa. A comunidade demonstrou-se extremamente receosa com este estreitamento de relação, sobretudo os comunitários mais ligados ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

A empresa contrata pessoas com histórico ligado às comunidades. Com isso as quebradeiras de coco transferem para a empresa a confiança que têm nas pessoas que atualmente trabalham para a Suzano, e que anteriormente foram ligada ao Estado (ICMBio) ou aos movimentos sociais. Em seguida a equipe da empresa passa a apresentar os recursos de responsabilidade social como meio para se investir na comunidade.

Há uma divulgação na comunidade da possibilidade de ganhos. As quebradeiras de coco consideram que receber recursos da empresa pode trazer ganhos para a comunidade, pois não tem tido muito resultado positivo com o Estado (ICMBio).

A intensificação e a estruturação desta relação entre a comunidade do Ciriáco e

³ Denominação utilizada pela equipe da empresa para se referir às reuniões prévias à instalação da fábrica. Estas tiveram o objetivo de apresentar os investimentos a serem realizados na empresa e as áreas de atuação; além de ouvir as reivindicações das comunidades urbanas e rurais.

⁴ As comunidades ainda citam os problemas ocorridos com a empresa Indústria de Papel e Celulose do Maranhão S/A (CELMAR), que nos anos de 1980 implantou projetos de monocultura de eucalipto na região, onde ocorreram conflitos por conta do processo de concentração de terras para o plantio.

⁵ A proximidade entre antigos funcionários do ICMBio e a atual representante da Suzano para a área ambiental da Suzano, e que foi diretora do IBAMA, foi primordial para esse movimento a favor da empresa.

a empresa Suzano teve um marco inicial importante: a ida de representantes da área de comunicação social da empresa à comunidade. Além disso, ocorreu uma intensificação do diálogo com a equipe do ICMBio.

Como fruto deste momento ocorreu a construção de uma Unidade de Beneficiamento do Babaçu (UBB), e que também é utilizada para reuniões com os demais associados, ou apenas entre as quebradeiras. Este se tornou um símbolo positivo da relação com a empresa. Este investimento ampliou o processo de “inculcação” (BOURDIEU, 2001; 1989) da Suzano como parceira.

Das 14 quebradeiras de coco entrevistadas, apenas uma informou que não sabe o que a empresa tem feito na comunidade. As demais citam como principais benefícios conseguidos pela parceria com a empresa são: a fábrica de beneficiamento de coco babaçu, citada por cinco entrevistadas; e as máquinas de beneficiamento do coco, citada por quatro. As demais citam as reuniões realizadas e os processos de orientação sobre produção, como benefícios conseguidos através da parceria entre elas e a Suzano.

Diferentemente da relação anterior (Francisco Romão x Vale), aqui se tem como característica uma intensa dominação da empresa, pois a partir do momento em a Suzano se aproxima da comunidade já se utiliza de estratégias que a colocam nesta posição. A favor da comunidade contava positivamente apenas o capital simbólico, considerando-se que a RESEX tem como finalidade a ampliação os ganhos sócios ambientais das quebradeiras de coco, mas de forma sustentável.

Já a favor da empresa, tem-se principalmente o capital cultural, na medida em que, além do conhecimento

técnico da área de Responsabilidade Social Empresarial (RES) e da comunicação com comunidades, os representantes desta conhecem o cotidiano e as formas mais adequadas de se contatar esta classe de trabalhadores. Isso aliado a um poderoso capital financeiro. Complementando-se ainda com a simbologia de uma empresa que vem gerar emprego e renda na região, o que melhora significativamente seu capital simbólico.

Contra a ação da empresa havia apenas a avaliação negativa que alguns movimentos sociais ainda fazem desta, como é o caso do MIQCB. Além do fato de que o MPF tem acompanhado as ações da Suzano, solicitando constantes esclarecimentos e informações.

Por mais que as parcerias com a Suzano sejam realizadas através da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista Ciriáco (ATARECO), a equipe do ICMBio acompanha todo o processo. Este deve enviar relatórios de acompanhamento desta à sede do órgão em Brasília.

Considerando os investimentos públicos que são praticamente inexistentes, a comunidade assumiu o *habitus* de receptora dos investimentos privados, principalmente pelo fato de serem levados a perceber estes recursos como necessários para a melhoria a viabilidade econômica da comunidade. Isto ocorre de duas maneiras: pela ação direta dos representantes do ICMBio, que divulgam esta parceria como um meio viável para a comunidade; e também pela ação dos representantes da empresa, que destacam constantemente os possíveis ganhos econômicos com o recebimentos destes recursos.

Em relação à simbologia positiva da Suzano, considera-se que as

quebradeiras de coco buscam assimilá-la, pois creem que faz parte do processo que viabiliza a continuidade dos investimentos. Ao invés de realizarem constantes avaliações das ações desta empresa, há uma decisão conjunta, articulada ou não, de que se devem destacar os grandes investimentos da empresa nas áreas sociais. Além disso, ou como resultado deste processo, tornam-se um dos grupos sociais que mais ampliam esta simbologia positiva da empresa, tanto para as outras comunidades da região, quanto para a sociedade em geral.

Já no caso da Suzano, o *habitus* é caracterizado por: seguidora das orientações dos órgãos judiciais, principalmente o MPF; investidora dos seus capitais financeiro e cultural para aplicação na comunidade; articuladora com os órgãos do Estado para atuar na comunidade; identificador de pessoas que podem agregar maior simbologia positiva às ações da empresa na comunidade.

Considerando a relação com a comunidade da Ciriáco, os representantes da Suzano sempre destacam que seguem as orientações dos órgãos públicos que a fiscalizam. O destaque é dado ao MPF, considerando-se que os investimentos nesta RESEX são fruto das demandas pela sua inclusão nos seus investimentos sociais. Além disso, a Suzano utiliza sua base do capital cultural para ampliar a eficiência dos seus investimentos, seja pelo cumprimento dos critérios financeiros ou pela ampliação da simbologia positiva destes.

Com o fortalecimento do poder símbolo da empresa na comunidade, e com o intuito de estreitar este relacionamento, a empresa estimulou a elaboração do Comitê de Desenvolvimento Comunitário (CDC). Com o

distanciamento das organizações parceiras, a relação das quebradeiras praticamente se restringe aos dois agentes principais (ICMBio e Suzano).

Considerando o enfraquecimento da rede de relações da comunidade e seus respectivos enfraquecimentos das estruturas de capitais e de poderes, as quebradeiras de coco babaçu da comunidade da RESEX Ciriáco também têm se utilizado de estratégias. Estas buscam intensificar a simbologia de uma comunidade marginalizada pela quase inexistência de políticas públicas de investimento em atividades produtivas. O que de fato é uma realidade e que demonstra a necessidade de que estas busquem outras parcerias para melhorar suas rendas.

Considerações finais

Sabe-se que são muitas as repercussões dos investimentos em grandes projetos econômicos. Estas podem ser de cunho social, ambiental, ou na maioria dos casos, evoluem as duas situações. Na maioria dos casos estes resultam em grandes ganhos empresariais. Mas em relação ao tema específico tratado neste artigo, que é a influência destes investimentos no cotidiano das comunidades rurais, é importante considerar estas duas situações: ocorrem melhorias estruturais nas comunidades onde estas empresas têm atuado; e estas trouxeram repercussões positivas para comunitários e empresas.

No caso da Suzano Papel e Celulose S/A, há uma semelhança entre as estratégias desta e da mineradora Vale S/A. Certamente por se tratarem de grandes empresas multinacionais, que seguem padrões específicos de relacionamento com comunidades. Mas o que há de destaque nestes dois casos, é o fato de que ambas têm conseguido ampliar suas simbologias positivas a

partir do uso dos investimentos financeiros nas comunidades.

É importante destacar que nos dois casos aqui analisados, os investimentos da Vale e da Suzano foram realizados considerando-se as principais demandas das duas comunidades. Não se pode deixar de mencionar que houve ganhos tanto ao Assentamento Francisco Romão, que recebeu o abastecimento da água; quanto à RESEX Ciriáco, que viu sua UBB ser construída, vislumbrando-se a possibilidade de ampliação da renda a partir do beneficiamento do babaçu da reserva. Numa análise mais superficial, não se pode negar que melhorias ocorreram, mas estas envolvem uma problemática mais complexa.

O que há de preocupante nestes investimentos empresariais nas duas comunidades, se refere ao fato de que, nos dois casos, estas melhorias deveriam ser realizadas por órgãos públicos. Ao serem realizadas por grandes empresas multinacionais, que os instalam a partir de uma visão estratégica de relacionamento com os *stakeholders*, que são as partes interessadas na atuação destas, estas visam reduzir possíveis perdas financeiras causadas por relações conflituosas com estas comunidades. Visa-se, acima de tudo, tornar a relação com estas comunidades mais “pacífica”, do ponto de vista da redução de conflitos que reduzam os lucros dos seus investidores.

Indica-se que se inicie um grande debate entre os movimentos sociais do campo, onde se demonstre que estas grandes empresas têm capital financeiro suficiente para realizar estes pequenos investimentos. Mas deve-se vislumbrar que tanto a Vale quanto a Suzano também têm se utilizado do seu capital cultural para transformar estes

investimentos em importantes ferramentas de dominação empresarial diante destas pequenas comunidades.

Referências

AZAR, Z. S. **Relações de trabalho e resistência camponesa do desenvolvimento dependente no Maranhão: o assentamento Califórnia como uma expressão**. 2013. 326 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - PGPP/UFMA, São Luís. 2013.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **BNDES aprova financiamento de 6,2 bilhões para projeto de expansão da Vale**. 2014. Disponível em: <http://migre.me/vThWs>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Relatório Anual 2011**. 2011. Disponível em: <http://goo.gl/UNaueT>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BOURDIEU, P. O campo econômico. (Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi). **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 06, p. 15 – 57, abr. 2005. Disponível em: <http://migre.me/vrJ6l>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **Meditações Pascalianas**. (Tradução de Sérgio Miceli). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. Description and Prescription: *The Conditions of Possibility and the Limits of Political Effectiveness*. In: _____. **Language and Symbolic Power**. Edited and Introduced by John B. Thompson. Translated by Gino Raymond and Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press, 1991. p. 127 – 136.

_____. **O Poder Simbólico**. (Tradução de Fernando Tomaz). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

BUNKER, S. G. Da Castanha do Pará ao ferro: os múltiplos impactos do projeto de mineração na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A. (Org.). **Mineração e reestruturação da Amazônia**. Belém: Editora NAEA, 2007. p. 105 – 140.

COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A. (Org.). **Mineração e reestruturação espacial na Amazônia**. Belém: NAEA, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas. 2003.

MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. M. R. **Negros dos trombetas: guardiões de matas e rios**. 2ª edição. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Vol. 01. (Capítulos I – XII). (Tradução Regis Barbosa; Flávio R. Kothe). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996a.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Vol. 02. (Capítulos XIII – XXV). (Tradução

Regis Barbosa; Flávio R. Kothe). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996b.

MONTEIRO, M. A. **Mineração, siderurgia e desenvolvimento regional**. In: Reunião anual da SBPC, 64., 2012, São Luis. **Anais eletrônicos...** São Luis: SBPC/UFMA, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/WtEouY>. Acessado em: 26 mar. 2016.

Recebido em 2017-01-18
Publicado em 2017-06-07